

ARQUITETURA DO ÊXODO: EDIFICAÇÕES E TRAJETÓRIAS RETIRANTES NO CEARÁ ASSOCIADAS ÀS SECAS DE 1877-1932

NAUHAN DOS SANTOS DIAS¹; JULIANE CONCEIÇÃO PRIMON SERRES²;
MARIA LETÍCIA MAZZUCCHI FERREIRA³

¹ Universidade Federal de Pelotas – nauhandias@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – julianeserres@gmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – leticiamazzucchi@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

De 1877 a 1932 ocorreram cinco grandes secas que atingiram o semiárido brasileiro. A maior delas foi a de 1877-79, conhecida como A Grande Seca por sua duração de três anos, após esse período ocorreram as secas de 1900, 1915, 1919 e 1932. Os longos períodos de estiagem foram devastadores para os camponeses de diversos territórios no Ceará, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Rio Grande do Norte.

Em busca de meios de subsistência, caravanas com populações se deslocavam do interior dos estados aos centros urbanos e se aglomeravam nas ruas, praças e prédios públicos da cidade em busca de alimento, vestimenta e abrigo. No Ceará, milhares de pessoas chegavam todos os dias à capital da província em busca dos socorros públicos. A população da capital, que em 1876 era de 30 mil habitantes, já ultrapassava os 130 mil em 1878 (PONTE, 1999). As motivações que levaram à peregrinação dos camponeses podem ser entendidas através da aprovação da Constituição do Brasil de 1824, no art. 179, § 31, que previa a garantia à assistência pública. Além disso, em consequência da seca de 1824-1825, foi aprovada pela Assembléia Geral do Império uma lei assinada por D. Pedro I e pelo Ministro da Fazenda, Marquez de Queluz, que autorizava a distribuição gratuita de alimentos, sementes e cereais, embora esse auxílio só tenha chegado às mãos dos camponeses cearenses no fim de 1826, ou já em 1827 (AGUIAR, 1983). Anos depois, em 1844-45, uma nova seca veio a assolar a província, sendo permitida a entrega de feijão, farinha, arroz e carne seca aos indigentes. Desse modo, já no início da Grande Seca, os camponeses saíram de suas terras em direção a capital a fim de receber os socorros do governo, entretanto, a chegada de centenas de retirantes chamou a atenção das elites e das autoridade no que tange a disponibilidade de mão de obra dos camponeses, pois representava uma oportunidade de desenvolvimento urbano para a capital.

Diante desse cenário, o Estado se vê obrigado a prestar assistencialismo aos denominados “retirantes”. Com esse intuito, é criada a Comissão de Socorros Públicos, responsável por prestar assistência e alistar os camponeses em obras públicas. Nos relatórios e documentos provinciais, essa produção é compreendida em três categoria: obras de caráter assistencialista (lazaretos, asilos, hospitais, orfanatos, etc), obras contra a seca (barragens, açudes, etc) e as obras de infraestrutura pública (estrada, reformas, etc). Além disso, os retirantes também trabalhavam na produção de tijolos, telhas e cal.

Dentre dessa produção de caráter assistencialistas, foram elaboradas construções com o discurso de abrigar os retirantes, como os abarracamento, que

eram acampamentos improvisados no subúrbio; os lazaretos, que eram instalações para tratar dos surtos epidêmicos; os acampamentos de obras, construídos para aqueles que trabalhavam nas obras públicas e na Estrada de Ferro de Baturité; os campos de concentração, construídos à partir de 1915 para conter os contingentes que iam à capital; e os asilos, para controle e disciplinamento daqueles que sobreviveriam às grandes secas e ficariam em condições de indigência nos centros urbanos. Essas construções foram pensadas estrategicamente nas proximidades das estações ferroviárias da Estrada de Ferro de Baturité, linha ferroviária que ligava a capital a diversas regiões do sertão central cearense e onde as relações sociais e comerciais aconteciam. Além disso, era possível impedir a chegada das caravanas de retirantes até a capital cearense e locomover os camponeses mais facilmente através da estrada de ferro.

A partir dessa ideia, compreende-se o que denominou-se nessa pesquisa de Arquitetura do Êxodo, sendo toda a construção em resposta aos deslocamentos dos camponeses, edificada com a justificativa dos socorros públicos aos “flagelados da seca”. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é investigar a produção arquitetônica, seja de caráter temporário ou permanente, construída com a justificativa do assistencialismo e da caridade aos retirantes durante as secas no Ceará entre 1877 - 1932. Dessa forma, será apresentado o levantamento da arquitetura do êxodo e o contexto histórico desses lugares dialogando com a historiografia das secas e investigando a dinâmica de funcionamento desses lugares através de análise com base em alguns conceitos de Foucault, como o de dispositivo e disciplinamento dos corpos, assim como os discursos e interesses que justificaram sua construção. Por fim, discute-se sob a perspectiva da História Social e do Patrimônio Cultural, os usos e sentidos desses lugares de isolamento no decorrer dos anos.

2. METODOLOGIA

Primeiramente, buscou-se através de revisão bibliográfica e/ou documental da historiografia das secas e dos retirantes ter uma perspectiva da produção de literatura referente ao tema. Com isso, foi possível fazer um levantamento da produção arquitetônica das secas que interessava a esse estudo, como os abarracamentos, acampamentos, asilos, dispensários e campos de concentração. Foi realizada visita de campo e levantamento fotográfico de alguns desses lugares que ainda sobrevivem na paisagem urbana. Como estudo de caso, utilizou-se a Colônia Orfanológica Cristina, uma colônia agrícola construída em 1880 nas proximidades da antiga Estação Ferroviária da Canafístula para crianças órfãs da seca de 1877-79 e que hoje abriga o Centro de Convivência Antônio Diogo, no atual município de Redenção, à aproximadamente 45 km de Fortaleza. Com diferentes usos no decorrer dos anos, essa antiga colônia funcionou por mais de um século como lugar de isolamento social. Através da investigação em fontes históricas, como relatórios, inventários e documentação da instituição localizadas no Arquivo Público do Ceará, buscou-se compreender os usos e discursos que justificavam a construção e permanência desse conjunto arquitetônico como lugar de isolamento. Por fim, pretende-se fazer discussão dos resultados, relacionando com as atuais pesquisas acerca dos patrimônios sensíveis, da arquitetura de isolamento e da história social, refletindo sobre os silenciamentos e violações de direitos humanos que esses lugares de esquecimento podem revelar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento foram feitos levantamentos de bibliografia da historiografia das secas; mapeamento das instituições de assistencialismo da época; recorte da arquitetura do êxodo; pesquisa no Arquivo Público dos documentos da Colônia Orfanológica Cristina (antigo asilo para órfão da seca de 1877-79), Relatórios de Fallas Provinciais; pesquisa de fotografias na Biblioteca Nacional; levantamento fotográfico das edificações na atualidade e pesquisa dos atuais usos; visita ao Centro de Convivência Antônio Diogo e Memorial Leprosaria Canafístula (antigo asilo para órfãos da seca de 1877-79); entrevista com o seu Guilherme, ex paciente e funcionário do antigo leprosário; entrevista com Wilson Macambira, ex aluno da Escola Santo Antônio do Buraco (antigo asilo para crianças sobreviventes da seca de 1932).

Através da análise e seleção do material que interessava a este estudo, identificou-se um apagamento das memórias referentes à história das secas e dos retirantes, uma vez que, nas entrevistas dificilmente conseguia-se resgatar os antigos usos das edificações ou seus antigos moradores. Outro ponto, é que os espaços de memória cearenses, como museus e memoriais, pouco ou sequer narram essas trajetórias retirantes, e apesar de que tenha existido a proposta para construção de um Museu das Secas em um antigo prédio do DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas), esse projeto nunca saiu do papel. Além disso, através de revisão bibliográfica e da leitura de documentos oficiais, foi possível identificar que esses lugares eram espaços de privação de liberdade, isolamento e disciplinamento social, ou seja, espaços marcados por políticas abusivas do estado.

E nesse sentido, são lugares que remetem à memórias traumáticas, sob uma perspectiva que Menezes (2018, p. 4) define como “face de maior força de nossos tempos, herança de conflitos e violências que assolaram o século passado e não desapareceram neste”.

A memória traumática está associada a manifestações e lugares onde ocorreram experiências individuais ou coletivas de dor e sofrimento. Os lugares onde essas experiências são vivenciadas são conhecidos como lugares de sofrimento, de dor, sombrios, dissonantes, difíceis, invisíveis ou sensíveis. Além disso, esses lugares revelam dilemas estruturais da sociedade, como os de gênero, raça, tolerância, minorias étnicas, violações de direitos, abusos de poder do Estado e desigualdades sociais (CYMBALISTA, 2017). Dentro dessa categoria, há ainda os “patrimônios marginais” assim denominados pelo grupo de pesquisa Arquivos Marginais da Universidade do Estado de Santa Catarina por serem “lugares e experiências vinculados a instituições de sequestro social, as quais dificilmente são reivindicadas por aqueles diretamente envolvidos”, ou seja, devido ao desconforto e ao estigma que essas memórias carregam, esses patrimônios são pouco reclamados pelos envolvidos ou por seus familiares (ARQUIVOS MARGINAIS, s.d.). O reconhecimento desses espaços associados a memórias difíceis é relevante para compreender dinâmicas sociais e abusos de poder.

4. CONCLUSÕES

A prática de isolar retirantes no passado carrega um legado de milhares de mortos e as consequências ainda se refletem no presente em forma de silenciamento, preconceito e exclusão social, uma vez que aqueles que

sobreviveram às grandes secas foram afastados em subúrbios, onde as desigualdades sociais ainda são contrastantes. Além disso, não se pode desconsiderar que a criação de lugares de isolamento e controle para retirantes, em sua maioria órfãos, mulheres e viúvas, pretas e pardas, tenham sido resultado de estratégias políticas embasadas na ideologia eugenista, que no final do século XIX e início do século XX, foi largamente defendida por cientistas conservadores. Os retirantes das secas representavam uma população predominantemente mestiça e, sob uma perspectiva eugenista, eram considerados como uma “raça inferior”. Esse pensamento resultou na “coisificação dos flagelados” que iam sendo levados cada vez mais distante dos olhos das elites e do Estado (ARAÚJO, 2021). O pensamento eugênico causou impactos que perduram até os dias atuais, sobretudo, por meio das desigualdades sociais e do racismo. E foi esse pensamento que deu força às políticas assistencialistas de trabalho forçado e isolamento que pouco foram eficazes no sentido de oferecer proteção aos retirantes.

Pensar esses lugares sob uma perspectiva da memória social e patrimônio cultural pode abrir caminho para ampliação das discussões sobre patrimônios difíceis e reconhecimento de narrativas silenciadas, ressignificando o passado e buscando formas de reparação no presente pelos abusos praticados pelo estado.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, M. P. **Nordeste: o drama das secas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

ARAÚJO, A. A. P. de. **Campos de Concentração das Secas no Brasil e a Política Eugenista: biopoder, biopolítica, racismo de estado e exclusão social**. Fortaleza, 2021.

ARQUIVOS MARGINAIS. **Patrimônios Marginais**. s.d. Disponível em: <<https://arquivosmarginais.com/patrimonio-cultural/#marginais>>. Acesso em: 26 de junho de 2024.

CYMBALISTA, Renato. Lugares de Memória Difícil: as medidas da lembrança e do esquecimento. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KUHL, Beatriz (Orgs.). **Patrimônio Cultural: memória e intervenções urbanas**. 1º ed. São Paulo: Annablume: Núcleo de Apoio e Pesquisa São Paulo, 2017, p.231-236.

MENESES, Ulpiano. Os Museus e as Ambiguidades da Memória: A Memória Traumática. **ENCONTRO PAULISTA DE MUSEUS: Memorial da América Latina**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Ulpiano-Bezerra-de-Meneses.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

PONTE, S. R. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1999. [2a Ed.] p. 84.